

AMIZADE SOCIAL E AMOR POLÍTICO: 11 ANOS DE PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO EM DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA

Social friendship and political love - 11 years of Pope Francis' pontificate in defense of human dignity

Possidônio Ferreira Barbosa Júnior*

RESUMO: A amizade social, na perspectiva do Papa Francisco, marca, na participação política, a transformação social orientada pelos valores éticos das relações humanas. Ela tutela o bem comum, a comunicação humanizadora, atualiza o exercício autêntico da cidadania e coloca a ordem estabelecida frente a frente aos empobrecidos. Ela trança um novo horizonte de esperança com a ação ética e crítica da política de responsabilidade pessoal e coletiva. Esse horizonte de comunhão transformadora integra uma contínua libertação do eu e de todos os sujeitos da sociedade perante a verdade, a liberdade, a igualdade e a paz, e assegura, na alteridade, as diversidades e a dignidade humana para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Amizade. Social. Política. Humana

ABSTRACT: Social friendship, from the perspective of Pope Francis, marks, in political participation, social transformation guided by the ethical values of human relationships. It protects the common good, humanizing communication, updates the authentic exercise of citizenship and places the established order face to face with the impoverished. It weaves a new horizon of hope with ethical and critical action in the politics of personal and collective responsibility. This horizon of transformative communion integrates a continuous liberation of the self and of all subjects of society in the face of truth, freedom, equality and peace, and ensures, in otherness, diversities and human dignity for all.

KEYWORDS: friendship. Social. Political. Human.

* Presbítero da Diocese de Oeiras. Doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Lateranense (PUL), em Roma, Itália. Professor do Instituto Católico de Estudos do Piauí. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0831-9400>.



Introdução

Desde o pensamento grego, a amizade foi vista como condição fundamental para entender a ética, as relações socioculturais e sociopolíticas, e para estabelecer integração, equilíbrio e harmonia nas comunidades politicamente organizadas. Homero já assegurava que a amizade é o vínculo de eleição e afeição recíprocas, fundada na confiança e na lealdade. Como uma das primeiras reflexões sobre esse tema, Homero trata a amizade política como modo de se pode viver humanamente a vida humana, como o homem pode enfrentar as dificuldades e vicissitudes da sua vida pessoal, familiar e social sem perder a sua dignidade humana, sem desumanizar-se (HOMERO, 2015, III,369s; VII,340s; XIV,300s; XVI,300s; XIX,311s; XXIV,185). Para Sócrates (470-399 a.C.), a amizade está colocada no âmbito do sentimento natural e pessoal próprio do ser humano. Para ele, a amizade é capaz de vencer todos os obstáculos do convívio social e político para unir corações a ponto de, graças a ela, as pessoas preferirem possuir menos para viver em paz ou de oferecer aos amigos aquilo que ele tem para se tornar um amigo da humanidade (XENOPHON, 1971, 1.2.60; 1.3.3).

Para Platão, diferente de Sócrates, a amizade não é meramente natural, mas espiritual e ética. Ela é fruto da afinidade em base a valores comuns, em torno dos quais a cidade pode viver de maneira virtuosa e superar seus problemas. A amizade tem uma dimensão transcendental, que implica na abertura das pessoas que se amam para o belo, para o verdadeiro e para o virtuoso (*Banquete*, 183a-b). Aristóteles compreende a amizade como vínculo social por excelência, que mantém a unidade entre os cidadãos da mesma *polis*. Ela não é provocada por uma paixão, mas por uma eleição, uma escolha da vontade inteligente (Aristóteles. *EN*. IX. 7. 1168 b 12-19). Ele também afirma que a política tem por objetivo fomentar a amizade virtuosa cujo bem do amigo não é outro nem diferente do próprio bem daquele que ama, porque “o amigo (φίλος) é um outro (ετερος) si mesmo

(αυτος)”, “o amigo é um outro eu (ετερος εγω)” (ARISTÓTELES. *EN*. IX. 9. 1170 b 6-7; *Grande Moral*, II. 15. 1213 a 11).

Em *Ética a Nicômaco* (EN), Aristóteles trata da amizade como vínculo social por excelência que mantém a unidade entre os cidadãos da qual corresponde a natural e temporal sociedade humana solidária de justiça e de paz. Para o filósofo, a amizade é capaz de humanizar e aperfeiçoar as relações entre as pessoas e o convívio político. Isto porque ela promove igualdade nas relações, colaboração, cooperação e participação social e política, e não individualismo (EN 113a14ss; EE VIII 8,1241b35ss). São Tomás de Aquino, seguindo a linha de Aristóteles, deu destaque à amizade como virtude política necessária à boa convivência em sociedade. Para o Angélico, a amizade pode ser compreendida no âmbito da caridade onde o querer mais agradável e mais sincero se encontra, pois ela é fruto da amizade com Deus que leva à amizade dos seres humanos entre si. E afirma: “*Ubi vera amicitia est, ibi idem velle, et idem nolle, tanto dulcius, quanto sincerius*” (Onde está a verdadeira amizade, aí está o mesmo querer e o mesmo não querer, tanto mais agradável, quanto mais sincero” (TOMAS DE AQUINO, *Summa Theologiae* I.42.3.)

No início da Idade Moderna, Thomas Hobbes (1588-1679) contrapõe ao pensamento de Tomás de Aquino, afirmando que a força motriz do convívio social são o conflito e o medo. É bem conhecida sua expressão *homo homini lupus* (o homem é lobo do homem) que reflete as relações de conflitos no convívio social. Para Hobbes, medo e o desejo de eliminar o outro dão origem à sociedade da violência e do fechamento ao próximo (HOBBS, *Leviatã*, XXXI). Certamente, o medo e o desejo de aniquilar o outro não são capazes de edificar um convívio de amizade social e nem uma organização política fundamentada nos valores da ética do amor. Ao contrário, alimentam a ideia de destruição do outro, impossibilitando um convívio humano saudável e pacífico

No século XX, ao refletir sobre a imprescindibilidade da caridade política, Emmanuel Mounier afirma que “a religião de Cristo é ao mesmo tempo transcendente e encarnada” (MOIX, 1968, p. 320). E sustenta que é hipocrisia possuir a verdade e os caminhos da justiça e ter prestígios assegurados sem se importar com os outros. Para ele, a amizade social é a maior expressão do engajamento da caridade política enquanto cuidar do outro. Esse engajamento é compromisso com a sociedade da qual o sujeito participa, e é uma exigência essencial da vida pessoal, indispensável para a humanização integral do homem, e remédio eficaz contra o egocentrismo (MOIX, 1968, p. 177).

No século XXI, o Papa Francisco, em sua encíclica *Fratelli Tutti* (FT), aborda o tema ‘amizade social’ na perspectiva da fraternidade e da dignidade humana onde todos humanos são irmãos. A humanidade proposta pela amizade social une laço de diversas origens, identidade numa mesma dignidade, não importando as diferenças secundárias de raça, religião, cultura ou condição social. Desse modo, toda pessoa é um irmão e uma irmã, membro da única grande família humana. Por isso, é natural e coerente que se busque expressar a amizade social numa convivência fraterna de amor político, em que se acolhe o diferente a partir daquilo que une todos, sem exceção.

Na encíclica citada (FT), o Papa Francisco ensina que a amizade social é aberta, permitindo reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, a prescindir da proximidade física ou espacial (n. 1); é o amor desejoso de abraçar a todos (n. 3); é renúncia a todo o desejo de domínio sobre os outros mediante a força ou a guerra (n. 4). A amizade social se manifesta no amor que supera as fronteiras que isolam e separam, numa política de pontes que contribui para edificar uma grande família no seio da qual todos podem sentir-se em casa (n. 62). A amizade social é a vocação natural dos seres humanos que leva a formar comunidades feitas de irmãos que se acolhem e se cuidam

mutuamente (n. 96). A amizade social é a política da caridade que valoriza a pessoa, por ela mesma, e não apenas pelo interesse e benefício que ela possa representar para outros (n. 94). Ela é fundamental para reconhecer e promover a dignidade de cada ser humano e para edificar uma sociedade respeitosa e pacífica.

Como se pode observar, as diferentes leituras da amizade social legam a compreensão da pessoa humana, de suas relações políticas, de suas estruturas sociais e econômicas, e de seus valores culturais assinalando que o cidadão não viverá bem se viver isolado e não viverá dignamente se aviltar o seu semelhante. Por isso, é preciso enfrentar com decisão os diferentes processos que levam a negação do outro e a dificuldade de conviver com as diferenças.

Apesar das dificuldades, existem sinais inequívocos que ajudam a renovar a esperança por fortalecerem o bem querer humano e a harmoniosa convivência social em meio às diferenças. A amizade social e o amor político propõem o contrário da sociedade do conflito ou da violência que proporciona a eliminação do outro ou do diferente. O amor político é a expressão da amizade social do amor ao próximo vivido nas relações entre as pessoas. Por isso, é relevante refletir sobre a compreensão, desafios e perspectivas da amizade social e do amor político num diálogo entre o Papa Francisco, Aristóteles, Mounier e Levinas.

1 Amizade social e amor política

A compreensão do Papa Francisco sobre a amizade social e o amor político apresentado na Encíclica “*Fratelli Tutti*” (FT) trata sobretudo de “uma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, independentemente da sua proximidade física” (n. 1), tendo o diálogo como caminho necessário para a cultura do encontro. É um amor “desejoso de abraçar a todos” (n. 3), recusando impor doutrinas por meio de uma guerra dialética” (n. 4). Trata de um viver livre que se estende para além das fronteiras” (n. 99) sem

nenhum desejo de domínio sobre os outros (n. 4). É o “amor que rompe as cadeias que isolam e separam e permite construir uma grande família” (n. 62) formando uma comunidade feita de irmãos que se acolhem mutuamente e cuidam uns dos outros” (n. 96).

Na abertura da FT, o Papa se refere à viagem de São Francisco ao Egito, para um encontro com o Sultão Malik-al-Kamil, na qual o Seráfico mostra o seu coração sem fronteiras, capaz de superar as distâncias de proveniência, nacionalidade, cor ou religião. A visita exigiu dele um grande esforço devido os poucos recursos que possuía, a distância e as diferenças de línguas, cultura e religião. Sem ignorar as dificuldades e perigos, e sem negar a própria identidade, aquela viagem, num momento histórico marcado pelas Cruzadas, São Francisco demonstrava a grandeza do amor que queria viver: abraçar a todos, amor a todos, amizade entre todos, a fraternidade universal independente das diferenças. Tudo isso serviu de inspiração ao Papa Francisco para compreender e fundamentar a amizade social.

A amizade social e o amor político analisados a partir *Fratelli Tutti* apresentam elementos antropológicos, políticos, econômicos, sociais e outros a partir de parâmetros éticos interconectados, cada qual com a riqueza da sua de convicções.

1.1. Elementos antropológicos da amizade social e do amor político

A amizade política e amor político na FT propõe um humanismo aberto que seja capaz de indicar o lugar existencial da pessoa na realidade histórica e cósmica, ou seja, uma via de humanização para o ser humano, por isso, assume um caráter fortemente antropológico. No entanto, apresenta uma mudança antropológica diante de uma humanidade que parece caminhar por uma via de conflito que desumaniza e aliena as pessoas. Uma mudança de horizonte de antropologias reducionistas alimentadas pelo individualismo, materialismo e pelo isolamento da pessoa. Na

perspectiva antropológica da FT, a amizade social e o amor político interpelam os agentes sociais a posicionar a história e as relações humanas nos trilhos da fraternidade como característica fundamental das relações e dos projetos humanos na perspectiva da abertura aos outros e de caminhar juntos, de construir e de realizar projetos comuns para o bem pessoal e de toda a humanidade.

Um dos principais elementos antropológicos que o Papa apresenta em relação ao à amizade social é o amor ao outro que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço” (FT, n. 1). O amor ao outro por ser quem é. Esse amor impele os sujeitos a procurar o melhor para a sua vida e para vida do outro na perspectiva de uma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, independentemente da sua proximidade física (FT, n. 1). A universalidade desse amor é “desejoso de abraçar a todos” (FT, n. 3), recusando impor doutrinas por meio de qualquer tipo de guerra dialética (FT, n. 4). Com isso, a amizade social é viver livre “de todo desejo de domínio sobre os outros” (FT, n. 4), e estabelece comunicação que se estende para além das fronteiras (FT, n. 99) e alcança todo ser vivo (FT, n. 59). O amor livre e dialógico da amizade social coloca o sujeito diante do rosto do outro numa liberdade capaz de romper as cadeias que isolam e separam os agentes sociais, e de lançar pontes que permitem construir uma grande família consciente de que todos são iguais unidos pela compaixão e dignidade (FT, n. 62).

Lévinas admite que diante do Outro, seu Rosto desperta a consciência do eu, o acolhimento-hospitalidade na obra da responsabilidade. O Rosto é a alteridade absoluta, e sua apresentação não é ao nível do fenômeno, mas Epifania, isto é, “(...) a verdadeira essência do homem apresenta-se no rosto” (LÉVINAS 1980, p. 270). É na relação face a face, que se dá a linguagem ética como fonte de todo o sentido do humano.

A amizade social tem capacidade diária de alargar o seu círculo de relações livres e dialógicas que vai ao encontro do outro como um outro eu igual e não como elemento do meu mundo de interesses (FT, n. 97). O diálogo é caminho necessário para a cultura do encontro. É tudo o que possibilita o encontro: aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar-se por entender-se e que procura comunhão.

A universalidade, a liberdade e o diálogo entre iguais da amizade social criam vínculos e ampliam a existência ao arrancar a pessoa de si mesma para o outro. Pelo fato de ser feito para o amor, o Papa assegura que existe «uma espécie de lei de êxtase» que implica em cada pessoa sair de si mesmo para encontrar nos outros um acrescentamento do seu ser (FT, n. 88). Essa saída é tarefa educativa no desenvolvimento de hábitos solidários, na capacidade de pensar a vida humana integralmente, na profundidade espiritual, na promoção da qualidade das relações humanas (FT, n. 167).

Segundo Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco* (EN), na comunidade social, as relações entre seres humanos livres iguais se estabelecem em forma de amizade política, e visam sempre o bem para o outro, o bem do outro, e o bem comum com a finalidade de atender a realização integral do cidadão e da *polis* dentro das circunstâncias históricas vigentes, e das normativas inspiradas na natureza intelectual, social e política do ser humano. O bem da amizade política, alcançado como fruto da educação, é objetivo para a realização da natureza social humana. É por esse motivo que as ações virtuosas da amizade política asseguram a realização humana (EN 1155a24).

A educação para a amizade social favorece se estabelecer relações sadias e autênticas, abertura para o outro e provoca a saída do intimismo, do individualismo e das relações puramente aparentes (FT, n. 44). Cultivando a amizade social se estabelece relações políticas que não exclui ninguém em nenhuma circunstância (FT, n.106-107).

1.2. Elementos políticos

No descortinar da beleza política, o Papa Francisco na Encíclica *Fratelli Tutti* contempla a amizade social no seu grande potencial beneficente e transformador da sociedade. A dimensão política da amizade leva à experiência do transbordamento que promove o acolhimento do outro, o bem comum de uma comunidade universal, a promoção de uma cidadania verdadeiramente autêntica, a atuação humanizada das instituições e o diálogo fomentador da cultura da paz.

A dimensão política da amizade social resguarda na comunidade universal a igualdade na diversidade da forma física, do modo de pensar e agir, das opções de vida, de relacionamento interpessoal e com o Transcendente, das escolhas que vão desde o modo de vestir até a forma de governo. E as diferenças não são, em si, um problema, mas uma riqueza. Numa política em que resguarda o bem comum da comunidade, a existência do outro não é ameaça para a existência do eu porque ambos co-existem na intersubjetividade.

Ninguém amadurece nem alcança a plenitude isolando-se. Por sua própria dinâmica, a amizade social exige uma progressiva abertura, uma maior capacidade de acolher os outros, em uma aventura sem fim de amor político, que faz convergir todas as periferias rumo a um sentido pleno de mútua pertença, isto é, o bem comum ou a comunhão universal em que os sujeitos se acolhem mutuamente e cuidam uns dos outros (FT, n. 96).

O bem comum tutela a dignidade de todos os cidadãos, e atualiza o exercício autêntico da cidadania por meio da participação na vida da comunidade política em vista do desenvolvimento e do equilíbrio social (EN 1171b30-1172a5). Ao descuidar do desenvolvimento integral da comunidade política e da sua harmonia social por engano, por omissão ou por negligência, o exercício do poder se degenera e suscita divisões produtoras de violência naquilo

que é chamado a ser a comunidade de amigos políticos. Um governo degenerado é uma violência tanto contra o cidadão quanto contra a comunidade política (ARISTÓTELES 2002, III 17,1288a6ss; 18,1822a34-36).

No processo do encontro da comunhão universal da amizade social é possível favorecer a fraternidade entre as nações para o desenvolvimento de uma política do bem comum integrando todos nas decisões políticas (FT, 154, 180). Para isso, o Papa Francisco desafia a sair das perigosas tendências de construção de muros de isolamento. Apela às instituições multilaterais, aos políticos, aos governos, mas também aos indivíduos para que formem um novo tipo de comunidade humana onde a base de toda política e de toda ética social assumam a responsabilidade com os que sofrem. E denuncia as políticas nacionais e internacionais da falta de acolhida dos imigrantes e da ausência ou pouca colaboração internacional no enfrentamento destas questões. A proposta do Papa trata de avançar para uma ordem social e política, cuja alma seja a caridade social (FT, 180).

O elemento chave na constituição da amizade social é o desenvolvimento da “melhor política”, da “boa política”, da política que realiza projetos a longo prazo para o desenvolvimento de todos e o bem comum. Comprometida com a solidariedade humana, é um “novo estilo de fazer política” que constrói comunhão e realiza projetos comuns. É a política que tem como núcleo central o amor preferencial pelos últimos.

Essa perspectiva política da amizade social possibilita reconstruir conceitos desfigurados pelos interesses particulares como democracia, liberdade, justiça e unidade. Esses pilares da modernidade perderam sua força utópica e a sua força de mover para o bem comum. Eles foram desfigurados em prol da dominação. O Papa busca discernir as profundezas da política para restaurar esses pilares nos

moldes espiritual e metodológicos de promover processos para que se possa ouvir, discernir e agir coletivamente.

A amizade política engloba a todos. É o mais alto grau da caridade. E o núcleo do autêntico espírito da política é o ‘amor preferencial pelos últimos’. Isso implica em estruturar a sociedade de modo que o outro não venha a se encontrar na miséria. A conotação de ‘amor político’ se traduz em projetos e atos que impelem a criar instituições mais sadias, regulamentos mais justos, estruturas mais solidárias capazes de promover a todos e a cada um que sofre, modificar as condições sociais que provocam o sofrimento e assegurar o direito que emancipa e dignifica.

Ajudar outra pessoa fornecendo-lhe comida pode ser caridade, mas o amor político cria-lhe um emprego para assegurar-lhe o direito ao sustento justo e tudo aquilo que lhe dê dignidade e oportunidade para exercer de forma sublime a cidadania autêntica e autônoma em condições de plena dignidade (FT, n. 186). Aristóteles já assegurava que o autêntico amor político no exercício do poder tem como objetivo curar, custodiar e salvar a realização da *polis*, dá-lhe o senso político do bem comum, tutelar a dignidade humana e garantir o desenvolvimento e a harmonia social sem excluir a multiplicidade dos cidadãos e das instituições (ARISTÓTELES 2002, IV 4,1290b38-1291a25; VIII 1,1337a27-29).

A amizade social é o amor político presente nas relações sociais; é o amor como base da relação entre as pessoas; é comunicação dialógica entre os povos; é o amor feito cultura que faz convergir todas as periferias rumo a um sentido pleno de mútua pertença e comunhão. Esse caminho de humanização e de renovação das relações fraternas permite ver a realidade de maneira nova, para viver com entusiasmo os desafios da construção do bem comum e caminho necessário para a cultura do encontro.

Para Mounier, a comunicação dialógica é construtora do destino comum da humanidade e efetivamente de uma comunidade de pessoas e da sua história. E a história é uma co-criação de homens livres na construção do bem comum. A comunicação humanizada e humanizadora toma em mão a liberdade, as estruturas e os condicionamentos da história (MOUNIER 2004a, 117). A comunicação humanizadora é libertação que parte do nível histórico-epistemológico das rupturas na ordem das regras do discurso político, social e cultural, tendo a pessoa humana como centro e referência. Ela coloca a ordem estabelecida frente a frente com os empobrecidos. E dispõe das condições dos que vivem em condições de miséria como razão material, ética, estratégica e instrumental (FOUCAULT 1975, 191).

O diálogo social é instrumento que contribui para a formação da história e de uma nova cultura, a cultura do encontro a qual inclui a capacidade de respeitar o outro e os interesses legítimos e fundamentais do Estado Democrático de Direito. O diálogo operativo é uma alternativa para a resolução dos problemas sociais e caminho de busca sincera da Verdade e superando a violência destrutiva e a comunicação de negação do outro.

A construção da cultura do diálogo, da reconciliação e da paz atua junto e em favor do bem comum e da promoção dos mais pobres para superar seus perpétuos conflitos culturais, econômicos e políticos, que se manifestam até mesmo na forma de guerras. Uma comunidade política cresce quando dialoga de modo construtivo em meio às suas diferentes riquezas culturais, seja ela popular, universitária, juvenil, artística, tecnológica, econômica, da família, e a cultura dos meios de comunicação (FT, n. 199). Através do diálogo da amizade social é possível promover valores éticos perenes para além das conveniências particulares tais como os que dão fundamentos para os direitos fundamentais e às estruturas econômicas sustentarem todas as pessoas em sua inalienável dignidade.

1.3. Elementos econômicos

Os elementos econômicos da amizade social implicam em algo mais do que uma série de ações benéficas. Eles interpelam ao amor político a procurar o melhor para a vida de todos. Para isso, todos os interesses econômicos que movem as nações e as pessoas devem voltar-se ao interesse do bem comum. A inclusão dos pobres, dos abandonados, dos doentes, dos migrantes e dos últimos da sociedade no centro dos interesses econômicos é uma necessidade para garantir a dignidade humana, a consolidação histórica, e, sobretudo, para avalizá-los nos espaços fundamentais da própria existência.

As atitudes referendadas pela economia da amizade social vão além da proposição e execução de ações beneficentes que não levam à transformação da realidade em que vive o beneficiado. Para a Amizade Social, a economia busca atingir uma unidade multiforme que gera nova vida e garantia da dignidade humana diante do grito dos pobres e do equilíbrio socioeconômico, com o olhar para o outro. Caso contrário as relações sociais (socioeconômicas, sociopolíticas, socioecológicas, socioculturais e sociorreligiosas) ou estruturais capitalistas neoliberais ou ultraneoliberais permanecem alimentando na sociedade as relações iníquas, injustas, desumanas, antiéticas e antifraternas: legalizadas, institucionalizadas e legitimadas, relações não de comunhão, mas de submissão, subordinação, de exclusão e de negação.

A lógica da economia que visa a dignidade humana não está diretamente ligada aos custos e nem aos lucros, mas à escala de valores, pois a riqueza é boa enquanto ela é condição para uma vida boa. Já com Aristóteles, era inadmissível pensar em ganhar dinheiro de toda forma e de modo ilimitado, negando que o trabalho e a riqueza são meios e instrumentos a serviço do ser humano e da cidade, em vez de pôr na riqueza a sua própria finalidade (ARISTOTELES 2002, I 8,1256b38ss).

A valorização da vida de todos em todas as suas etapas e condições é fundamental e possível para o desenvolvimento social e econômico (FT, n. 111). A má distribuição dos bens comuns, tão presente no modelo socioeconômico neoliberal, gera a categoria dos supérfluos e a “cultura do descarte” (FT, n. 18-19). Migrantes, pobres, velhos, pessoas com deficiência, nascituros, desempregados são suas primeiras vítimas. A práxis econômica dentro dos valores da amizade social é uma convocação a valorizar o direito à vida, o direito ao seu desenvolvimento integral, sobrepondo ao individualismo utilitarista que fecha as pessoas à transcendência de si mesmas.

A amizade social é, para o Papa Francisco, o antídoto contra uma economia de ser humano fechado em si mesmo e, conseqüentemente, contra um mundo fechado aos vulneráveis e “improdutivos”. O verdadeiro valor econômico recaia na pessoa humana, e não no produto, lembrando sempre da singular dignidade que cada ser humano, mesmo quando os números financeiros parecer intensamente desafiante.

É possível, necessário e urgente promover uma economia com a capacidade de reconhecer e promover a dignidade das pessoas para a superação de atitudes apedrejadoras e consumistas que objetificam os outros e nos impedem de contemplar sua beleza original. Amizade social é uma convocação a valorizar o direito à vida, o direito ao seu desenvolvimento integral, sobrepondo-se ao individualismo utilitarista, que fecha as pessoas à transcendência de si mesmas, que surge na interação social” (FT, n. 95). Trata de estruturar a sociedade de modo que o próximo não venha a se encontrar na miséria, e aponta a política econômica como o mais alto grau da caridade. Desse modo, a amizade social aponta um caminho para a construção de um mundo mais justo, solidário e humano que valoriza o direito à vida e ao desenvolvimento integral de cada indivíduo, em oposição ao individualismo utilitarista.

As regras financeiras da amizade social propõem abertura ao mundo a fim de globalizar e universalizar o mercado em vez de condicioná-lo aos interesses dos poucos que detém o poder, acentua a extrema fragmentação social, enfraquece sempre mais a participação na vida social e política, e reduz as pessoas e os Estados a meros instrumentos a serviço dos interesses econômicos. O mercado financeiro baseado no crescente lucros para alguns é incapaz de gerar o bem comum, pois a soma dos interesses individuais exaltada pelo liberalismo não é capaz de proporcionar o bem de todos. A forma operativa da economia que não beneficiam a todos é um instrumento de exclusão cujos efeitos são sentidos principalmente pelas camadas sociais mais pobres.

Para Aristóteles, a economia não é padrão do governo, mas instrumento para a realização da administração política de modo símile de igualdade e liberdade (ARISTÓTELES, 2002, IV 4,1291b30-40). O melhor governo está ligado à realização e à participação integrada de cada cidadão na vida da comunidade, à sua educação para a virtude, o acesso a todos aos bens exteriores básicos e necessários com paridade de oportunidade em um regime equo em termos de justiça social destinado tanto para o bem viver do cidadão como para o exercício do poder (ARISTÓTELES, 2002, III 4,1277b25-26; 18,1288a39-40).

O altíssimo e inaceitável grau de desigualdade observado hoje na sociedade e as inúmeras e trágicas crises econômicas denunciam a fragilidade e inadequação do atual sistema econômico na resolução dos problemas ligados ao desenvolvimento humano. Na sociedade globalizada em que vivemos não se pode enfrentar os problemas de forma isolada, mas de forma conjunta, envolvendo todos os países, organizações e agentes sociais na promoção do progresso e bem de todos. Nesse sentido, é urgente uma reforma das instituições e da arquitetura econômica internacional a fim de que se possa pensar soluções e perspectivas de futuro que permitem o crescimento

recíproco das pessoas e dos povos, superando-se assim um clima de desconfiança e de competição que geralmente leva ao domínio e a exploração do outro, meios inadmissíveis e inadequados para a construção de um projeto comum por todos e para todos.

O Papa chama a atenção para o desprezo pelos vulneráveis o qual pode se esconder em formas de populismo eleitoral que, demagogicamente, se serve deles para manipulá-los ou colocá-los ao serviço dos interesses econômicos dos poderosos. Em ambos os casos, é palpável a dificuldade de pensar num mundo aberto onde haja lugar para todos, que inclua os mais frágeis e respeite as diferenças. Os termos “populismo” e “populista” invadiram os meios de comunicação e a linguagem em geral, e chegou-se ao ponto de pretender classificar os indivíduos, os grupos, as sociedades e os governos a partir da divisão binária: uma para desacreditar injustamente, outra para exaltar desmedidamente. A categoria de povo, que inclui intrinsecamente uma avaliação positiva dos vínculos comunitários e culturais, habitualmente é rejeitada pelas visões populistas que consideram a sociedade como uma mera soma de interesses que coexistem, muito embora em certos contextos, aparentam defender os direitos dos mais frágeis da sociedade.

O Papa constata que o mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. E o Papa observa que por um lado, é indispensável uma política econômica ativa, visando promover uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial, para ser possível aumentar os postos de trabalho em vez de os reduzir. A especulação financeira, tendo a ganância de lucro fácil como objetivo fundamental, continua fazendo estragos. Por outro lado, sem formas internas de solidariedade e de confiança mútua, o mercado não pode cumprir plenamente a própria função econômica mesmo se não tivesse grandes desafios sociais, políticos e humanitários.

2. Desafios da amizade social

O Papa Francisco fala da amizade social como forma de comunhão e solidariedade onde cada pessoa é chamada verdadeiramente a compartilhar as dores, os sofrimentos e as desventuras de todos mesmo diante dos desafios sociais, políticos e humanitários. Gestar a amizade social é uma experiência que não é solitária ou egoística, mas uma fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum que nasce da livre oferta de si mesmo e do abrir-se ao mistério do outro. Superar os desafios de construir um caminho de humanização e de renovação das relações fraternas permite a cada pessoa existir e viver com a responsabilidade e compromisso de transformar a própria vida e a vida do outro no universo comum.

No mundo dominado pelo progresso tecnológico, pelas redes sociais e por outros instrumentos de comunicação, promover a cultura do viver juntos como irmãos e irmãs enfrenta grandes desafios. O isolamento, a indiferença, a polarização, a intolerância e a violência são alguns desafios para a construção da amizade social.

2.1. Isolamento, indiferença - ausência de escuta, empatia e diálogo

Segundo o Papa Francisco, a sociedade cada vez mais globalizada faz vizinho, mas não faz irmãos. O isolamento é manifestado em termos de países, fronteiras, de economia e de interesses. Parece que o desenvolvimento faz caminhar em direção do distanciamento, do fechamento, da competição, da indiferença, do confronto, da intolerância, chegando muitas vezes à guerra e a eliminação do outro. As inovações científicas e tecnológicas que descobrem novos planetas longínquos, não se preocupam em descobrir as necessidades do outro que orbitam ao lado (FT, n. 31). Nesse contexto, os interesses substituem os valores, o ser humano é eliminado da comunhão, da cooperação e da fraternidade. O outro é

transformado em mercadoria, a morte é banalizada, a verdade é manipulada, as relações se tornam fragmentadas e o senso de pertença, fragilizado. Diante disso, a amizade social é desafiada a quebrar as barreiras que criam o isolamento.

A empatia não tem sido prioridade, principalmente hoje, quando parte da sociedade e da mídia se empenha em criar inimigos para derrotá-los em um jogo de poder. Sem a empatia que oportuniza o diálogo como caminho para ver a realidade de maneira nova e viver com entusiasmo os desafios da construção do bem comum, a amizade social e o amor político continuam comprometidos em sua práxis. Para o Papa Francisco, as diversas formas de inimizade só destroem e têm sido um desafio para a amizade social.

O isolamento, a indiferença, o populismo, a ausência de escuta, de empatia e de diálogo estão situados no conjunto das várias crises pelas quais passa a humanidade atual: crise socioambiental, migração, desenfreado descuido com a ecologia planetária, agigantamento da pobreza e da miséria, conflitos internacionais até Guerra Mundial feita em pedaços. Tudo isso coloca em risco uma política da civilização planetária multilateralista voltada para o bem comum, para a solidariedade e para o reconhecimento da igualdade e da fraternidade.

A imagem da guerra de todos contra todos representa a ausência de diálogo entre os homens, é a imagem da dissociação absoluta, é uma condição de isolamento e de ausência das relações sociais. Não é apenas uma forma dos homens calcular os comportamentos de uns em relação aos outros, mas uma forma de se comportarem no interior de uma dinâmica de relações de poder, de configuração de submissão, alianças e antagonismos, dissolução das relações humanas até o limite (HOBBS 1976, X,44).

A destruição da coletividade é a construção do indivíduo solitário e autossuficiente e de um solipsismo que despersonaliza o sujeito em um exacerbado egocentrismo, e conseqüentemente, faz

emergir uma subjetividade violenta e psiquicamente doentia. O isolamento trágico de cada um no seu egoísmo ou na sua angústia conduz ao desaparecimento do bem comum, da obra comum e do Estado de direito. Não é isolamento a prerrogativa social que aperfeiçoa a vida política, mas é a concórdia entre os cidadãos que lhes permitem de cooperar nas ações sócio-políticas que visam a realização da pessoa e da comunidade (ARISTÓTELES 2002, II 9,1270b35).

Num mundo que corre sem um rumo comum, um mundo aberto pela globalização, mas fechado para o outro, o diferente causa desconforto, sustenta, sem reservas, uma lógica do descarte que ignora sujeitos como: o pobre, o deficiente, o negro, o que ainda não serve (nascituro), o que já não serve mais (o idoso). Um mundo globalizado sem um rumo comum é uma verdadeira bolha social propícia para o isolamento, polarização, intolerância e construção de inimizades.

2.2. Ideologias polarizadas que não procuram a verdade: inimizade - intolerância

Na sociedade sem rumo comum prevalecem a intolerância e o conseqüente desejo de eliminar o diferente, seja uma eliminação real (homicídio), seja uma eliminação virtual (cancelamento). O esvaziamento do diálogo nas redes sociais promove a superficialidade e amplificação da intolerância e do ódio. O diferente é um inimigo para ser eliminado. Esta realidade assinala a cultura do cancelamento (FT, n. 29; 42). A rejeição do diferente pode se dar a partir de um princípio etnorracial, âmbito social, político ou onde se prefere a parte ao todo, onde se nega o bem comum, mesmo que exija renunciar ao bom senso e à lucidez (FT, n. 35).

A rejeição do diferente transforma os debates de ideias em discussões ideológicas polarizadas a ponto de perder a busca da verdade. Amigos ou familiares rompem relações e estabelecem divisões por razões ideológicas; pessoas são descartadas pela sociedade ignorando a sua dignidade de vida. O outro passa a ser

visto como inimigo e, mais grave ainda, como ameaça a ser combatido. Uma das primeiras atitudes da polarização é o afastamento e a intolerância. Quando mais aguda essa atitude se torna, mais violento se torna as ações de combate, destruição e morte. A polarização, a intolerância e a inimizade favorecem o efervescimento de formas insólitas de agressividades, com insultos, impérios, difamação, afrontas verbais que chegam a destroçar a figura do outro (FT, n. 44).

A bipolarização política ou a dicotomia de planos políticos descomprometidos com o bem comum e com a Lei Natural tem uma reversão de posição e parâmetros de referimentos, seja no assumir uma dimensão comunitária seja na aquisição de caráter solipsista. Essa dicotomia faz degenerar a sociedade politicamente organizada em massa supérflua que não se mantém unida pela consciência de interesse comum. Massa humana que se traduz apenas por números, pela indiferença, não sente integrar em nenhuma organização de interesse de bem comum, nos partidos políticos, na governança e nem nas organizações profissionais ou sindicatos, são considerados frutos de uma propaganda política, sem consciência da pertença e indiferente aos argumentos dos adversários. (ARENDETT 1998, 257).

A pluralidade é a marca das relações humanas, e a política se concretiza no encontro com o Terceiro e na responsabilidade de cada um com o Outro. O agir polarizado vai de encontro do Outro e é um obstáculo para instaurar a paz e a justiça. O Estado surge e se realiza da necessidade de possibilitar o relacionamento de paz e justiça. O Outro é responsabilidade e expiação para o sujeito político. A abertura ao Outro é proximidade e responsabilidade do/para o outro. Assim afirma Lévinas (1993, 96-98):

A abertura é o desnudamento da pele exposta à ferida e à ofensa [...] que se pode mostrar para além de tudo aquilo que se pode mostrar, para além de tudo aquilo que, na essência do ser [...] expõe-se um nu mais nu que o da pele... nu de uma pele

exposta ao contato, à carícia que sempre, e mesmo na voluptuosidade equivocadamente, é sofrimento pelo sofrimento do outro [...] sem fazer intervir na busca deliberada do sofrimento ou da humilhação.

Deixar morrer o ódio, a violência e exaltar a verdade e a beleza do mundo criado e o dom precioso da vida é uma forma sublime de semear e promover a amizade social e o amor político. Construir a história com um olhar de quem ama existir no universo cósmico cria relação harmônica com os outros, e realiza ações que promovem o bem e a fraternidade que geram paz e segurança para todas as pessoas.

As discussões ideológicas polarizadas que não procuram a verdade rejeitam a justiça, o amor, a compaixão e outros tantos bens como, reconciliação, fraternidade, autenticidade, constância, esperança, relações verdadeiras, família, comunidade, Estado, mundo e tudo o que existe. A inimizade despreza os valores que fortalecem os vínculos de fraternidade e da amizade social e a inalienável dignidade de toda pessoa humana. A intolerância alimenta a ambição, a incoerência, a insensibilidade, a exclusão, a indiferença, o mau uso do poder, a pobreza, a miséria, a insensibilidade e todas as outras formas de violência que ferem a vida.

2.3. Perseguição inclusive através das redes sociais - violência

Comunicações com tons exaltados e raivosos, como os apresentados cotidianamente nas redes sociais alimentam a polarização e a violência. A preocupação maior com as vantagens proporciona a imposição de um modo de pensar em detrimento da busca da verdade e do bem comum alcançado na união de esforços e das diferentes perspectivas.

A violência é fruto do desejo fundamentalista de eliminar o outro, inclusive daquele que compreende Deus de forma diferente. Todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou de qualquer autoridade humana.

O direito à liberdade, inclusive a religiosa, se fundamenta na própria dignidade da pessoa. A coação e a violência têm sido difundidas por meios das redes sociais em forma de palavras e atitudes de difamação, perseguição, calúnia e ódio, estabelecendo relações de inimizade a partir das quais uma pessoa se vê como maior e melhor que a outra e se julgando no direito de cancelar a outra. (FT, n.36). É assombroso como as pessoas têm difundido ódio, intolerância e violência, espalhando preconceitos e falsidades nas redes sociais. Entre as graves causas da violência encontram-se a destruição da coletividade e a construção do indivíduo egoísta. Consequência disso é o crescimento da violência e do crime que colocam em perigo comunidades inteiras.

A violência das guerras mata milhares, especialmente crianças, mulheres e civis. Na América Latina e Caribe, a violência das crises sociais, econômicas, políticas e climáticas espalha-se por diferentes países. Com a violência misturados ao ódio e intolerância crescem os assassinatos cotidianos de jovens, negros, indígenas, mulheres e povo LGBTQIA+.

As atitudes impróprias e inadequadas para a realização da comunidade politicamente organizada e do cidadão provocam violência, bem como, práticas indecorosas em relação às atividades ou faculdades da natureza humana tais como a liberdade, a igualdade, o bem e a felicidade (ARISTÓTELES 2002, VII 2,1224a25-35; 3,1325a20-1325b15).

A superação de todos os tipos de violência e de todos os desafios da amizade social precisam ser compreendidos e enfrentados como uma grande oportunidade de pensar e gerar uma comunidade de iguais que consiste no encontro entre sujeitos diferentes em suas realidades, características e perspectivas. E um ato de amizade social e amor político é o empenho de organizar e estruturar a sociedade de modo que o outro não se encontre na miséria e nem em nenhuma condição de periferia existencial.

O significado existencial do ser humano ultrapassa às vivências no grupo social no qual está inserido. As perspectivas existenciais com rumo ao bem comum conduzem o sujeito à experiência de novas relações, com pessoas diferentes. Do contrário, estes vínculos sociais favoreceriam o intimismo exagerado e o individualismo que não se adequa ao direito fundamental da liberdade e da dignidade humana. Tudo aquilo ligado à injustiça conduz a comunidade política para as tiranias, para as rebeliões, e para violência (ARISTÓTELES 2002, II 7; IV 11,1296b22ss; V 3,1303b3ss).

A transformação libertadora que renova a pessoa, a sociedade e a história é um processo de contínua transcendência do “Eu”, de encontro com o Outro, de reconhecimento do marginalizado e do oprimido como o “Outro” “Eu” na ordem da vida política e da sociedade. Superar as ameaças da violência contra a pessoa e a articulação entre a realização humana e o empenho social incitam a uma postura política que compreende a dignidade da pessoa humana na sua integralidade.

3. Perspectivas da amizade social

As perspectivas da amizade social e do amor político vão ao encontro do diálogo, da cultura do encontro, da promoção do bem comum, da fraternidade universal e da cultura da paz, interpelando a todos ao compromisso social e ao engajamento político frente ao outro e à casa comum, propiciando a promoção da dignidade humana. A polarização ideológica e política gera divisão, intolerância e violências. É urgente a superação do estado de inimidade social. A amizade social favorece a criação da cultura do encontro onde prevalece a empatia, o diálogo e a promoção da paz e da dignidade humana.

3.1. Da cultura do encontro – Diálogo

Segundo o Papa Francisco, oportunizar a cultura do encontro é aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, reconhecer-se, esforçar-se para se entender, procurar pontos de contato, dialogar (FT, n. 198). Dialogar é sair de si mesmo para se unir aos outros. É habilitar-se a criar uma cultura que supere as inimizades, é cuidar uns dos outros (FT, n. 57). O diálogo é a capacidade de dar e receber, permanecendo abertos à verdade (FT, n. 199). O diálogo é o caminho para ver a realidade com entusiasmo em direção da construção do bem comum.

O diálogo é uma análise fenomenológica radical existente na relação entre liberdades que não se limitam nem se negam, mas se afirmam reciprocamente. Ele se dá na relação com o Outro que permite, não por coincidência, mas por exigência, a identidade do Eu, a alteridade do outro, a quebra da solidão do ser, e a responsabilidade como cuidado do Eu frente ao Outro e ao Terceiro. É o terceiro que questiona a justiça, e que faz necessário o bem comum graças à comparação, a coexistência, a contemporaneidade, a ordem, a tematização, a visibilidade do rosto, a intencionalidade, e ao intelecto e a inteligibilidade do sistema (LÉVINAS 2003, 237).

Lutar pelo bem comum e as iniciativas de mediação comunitária de conflito não deixam enganar sobre a boa disposição ao diálogo e supera a polarização e a inimizade nas formas de pensar, sentir e agir. A entreajuda demonstra como é possível entrelaçar braços formando redes de apoio para aqueles que necessitam e que já não conseguem reerguer-se sozinhos (FT, n. 83). O diálogo cria uma cultura do encontro que aproxima as pessoas, e coloca no centro as que estão nas periferias, os mais pobres e vulneráveis.

O diálogo autêntico para construir o bem comum com entusiasmo pressupõe a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, aceitando a possibilidade de conter certas convicções ou interesses legítimos (FT 203). Rompe com a lógica da polarização para

dar lugar ao respeito às diferenças, sem querer destruir o outro. O diálogo autêntico, que não cai em monólogos paralelos, deve ser a primeira opção para resolver os conflitos sociais, econômicos e políticos.

O diálogo que promove a cultura do encontro é fraternidade aberta a todos e vai ao encontro do outro consciente da autenticidade e autonomia de cada sujeito dotado de uma dignidade intangível, da qual ninguém pode dispor ou abusar. Isso quebra muros e barreiras e encurta distâncias.

A cultura do encontro da Amizade Social propicia diálogo entre comportamentos e ideias diferentes daquelas que marcam o bem comum no convívio social. Falas ou comportamentos marcados por bullying, feminicídio, machismo, pedofilia, racismo, pena de morte, intolerância religiosa, desrespeito com a democracia, hiper individualismo, aversão aos pobres e destruição do meio ambiente em nada colabora para uma boa e salutar convivência social.

A cultura do encontro tem sentido de cuidado do outro projeto de vida: cuidar do próprio corpo, cuidar do corpo dos outros, cuidar dos pobres, cuidar do planeta Terra, cuidar e preservar a vida. Cuidar atento aos mais frágeis. Cuidar como ato de zelar pelas ovelhas extraviadas, machucadas, feridas e abatidas. Cuidar das feridas de todas as gentes. É responsabilidade e cuidar daquele, daquela que tem a vida ameaçada.

A responsabilidade com o terceiro ultrapassa a intenção e caracteriza essencialmente a existência subjetiva capaz de diálogo. O terceiro indica a multiplicidade do ser atual e futuro, o lugar e a contiguidade do espaço a partir da responsabilidade devotada ao Outro de forma incondicional no espaço social (LÉVINAS 2003, 237) e ao mesmo tempo faz valer a solicitação de igualdade, de comparabilidade, de universalidade, de justiça ética e de responsabilidade sem limitação (BENSUSSAN 2009, 93).

A responsabilidade do diálogo da amizade social é a maneira concreta de exercitar o dom da paz que é o encontro com a humanidade na qual estamos inseridos e que assume a dor dos fracos, em vez de fomentar o ódio e o ressentimento. O diálogo da cultura do encontro edifica amizade social com os sujeitos desprezados e invisíveis e leva a compreender que a existência de cada pessoa deve traduzir-se na experiência do serviço pela paz

3.2. Da Cultura da Paz

Para o Papa Francisco, o percurso para a paz não implica em homogeneizar a sociedade, mas na união da amizade social que permite, na diversidade e no amor político, todos trabalhar juntos, cada uma dentro de sua competência, em prol de todos, sobretudo dos que vivem em condição existencial de periferia, com os setores mais pobres e vulneráveis. (FT, n. 231; 233).

A promoção da paz da amizade social implica não só a aproximação entre pessoas, grupos sociais, povos ou nações distanciadas por conflitos, mas em reconstruir a história buscando um renovado encontro de superação das abismais desigualdades sociais e da falta de desenvolvimento humano integral. As desigualdades geram as várias formas de agressão, de violência e de guerra (FT, n. 235). Para o Papa, “a verdadeira reconciliação não escapa do conflito, mas alcança-se dentro do conflito, superando-o através do diálogo e de negociações transparentes, sinceras e pacientes” (FT, n. 244).

Entre as diversidades é possível estabelecer um caminho de paz, amizade, harmonia e partilhar valores. O núcleo autêntico desse caminho é o espírito político do amor preferencial pelos vulneráveis, não como ato isolado, mas como cultura política do diálogo que oferece a chance da própria pessoa alcançar a sua dignidade. Na América Latina e Caribe, as crises sociais, econômicas, políticas e climáticas espalham-se por todas as regiões, junto com a violência e os assassinatos cotidianos de jovens, negros, indígenas, mulheres e

povo LGBTQIA+, misturados ao ódio e a intolerância nas redes sociais.

O compromisso com a paz passa pelo engajamento ativo e comprometido, em nome da consciência cidadã e da fé, das organizações com a militância Socioambientais, políticas Populares, de Direitos Humanos, de cuidado para com a Terra, de Justiça e Paz e outras. O engajamento ativo e comprometido não é só na esfera pessoal ou conjuntural, mas também e sobretudo estrutural. Esse engajamento é um projeto de um Mundo Novo, onde seja possível a verdade do amor político: a amizade social.

O inefável ou o incomunicável da interioridade do homem descreve-se pela original responsabilidade e todo engajamento livre. Por isso, o Eu é incapaz de furtar-se a responsabilidade sem guardar o vestígio de sua deserção. O Eu é responsabilidade antes de ser intencionalidade (LÉVINAS 1993, 91-93). A responsabilidade indeclinável não é escolher o bem a partir da neutralidade ou diante da bipolaridade, mas escolha para coexistência no presente. A responsabilidade e o engajamento não são feitos por meio da violência, da facticidade ou do determinismo, mas da eleição pelo Bem que não é precisamente uma ação, mas a não violência. A responsabilidade e o engajamento são irrevogáveis, irreversíveis, irrecusáveis e precedem a liberdade e a não liberdade e mantêm-se contrariando a passividade e a inércia (LÉVINAS 1993, 96-98). O Outro é responsabilidade e expiação para o sujeito. A abertura ao Outro é proximidade do/para o Outro.

O engajamento manifesta-se concretamente no serviço, que pode assumir formas muito variadas de cuidar dos outros, dos fragilizados. Deve ser mais do que gestos de solidariedade esporádicos em situação de catástrofe. A verdadeira solidariedade do engajamento social e político é pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de

alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, da desigualdade, da negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro” (FT, n. 115, 116). Para o Papa Francisco,

A paz não é apenas ausência de guerra, mas o empenho incansável – especialmente daqueles que ocupam um cargo de maior responsabilidade – de reconhecer, garantir e reconstruir concretamente a dignidade, tantas vezes esquecida ou ignorada, de irmãos nossos, para que possam sentir-se os principais protagonistas do destino da própria nação (FT, n. 233).

A paz da amizade social é uma soma da vontade política dos indivíduos em avançar na justiça para todos. Uma política que ponha a dignidade humana no centro e tenha a caridade social como eixo. Que enfrente os problemas vigentes e renove as estruturas e organizações sociais, que se abra a todos e globalize os direitos humanos. Uma política a base do diálogo. Um diálogo que respeite o ponto de vista do outro, e que busque o encontro com os mais desfavorecidos. Diálogo capaz de curar as feridas do desencontro e de restabelecer a paz e a dignidade humana.

3.3. Da dignidade humana

Para tornar possível o desenvolvimento de uma comunidade mundial capaz de realizar a amizade social, é necessária a política melhor, o necessário e justo e o maior empenho possível colocados a serviço do bem comum e da dignidade humana de todas as pessoas. Promover a dignidade humana sempre e em todas as ocasiões implica em investir prioritariamente em favor dos frágeis mesmo não sendo rentável à política econômica de Estado.

A perspectiva da dignidade humana é um caminho de esperança olhando para o ferido estendido nas estradas da vida e

ignorado por muitos. É esperança para os que se deixam interpelar, e oferece proximidade aos que se encontram nas periferias existenciais. A dignidade humana é a perspectiva de esperança ao pensar e gerar um mundo aberto a empatia, ao encontro, à comunhão e à paz.

Pensar na dignidade de cada pessoa é acolher, proteger, promover e integrar as pessoas diferentes, é cuidar dos feridos e uns dos outros. É abrir-se ao universal, enriquecendo com outras culturas. Uma perspectiva da dignidade humana busca alcançar de maneira proativa até mesmo “dentro” do conflito o diálogo da cultura da paz. O caminho da dignidade humana partilha a fadiga cotidiana da vida, mas é sustentada por uma esperança confiável.

A proposta da dignidade humana da amizade social contrapõe ao tipo de relações do sistema econômico em que tudo vira mercadoria, e a pessoa humana é vista como algo que tem um preço e validade. Na amizade social, as relações é uma estima entre as pessoas que nasce da livre oferta de si mesmas para abrir-se ao mistério do outro.

A perspectiva da dignidade humana é capacidade e coragem de criar esperança onde só aparecem o descarte e a exclusão. Esse horizonte lembra sempre que os sujeitos históricos da amizade social não estão condenados a repetir ou a construir um futuro baseado na exclusão e na desigualdade, no descarte ou na indiferença. O ambiente da dignidade humana contrapõe à cultura do privilégio, do poder irreprimível, da exploração e do abuso como método de sobrevivência e relação social e política.

O sentido da dignidade efetua uma estrutura ética de libertação, a qual integra a universalidade da ética material, formal e práxis como procedimentos de aplicações que sustenta sempre *a priori* um projeto de vida boa (*eudaimonia*) enquanto princípio ético integral. A articulação da existência à vida ordinária (*ordinary life*), o redescobrimto da identidade do eu (*identity of life*), o

reconhecimento do Outro, a afirmação dos sujeitos históricos, a autorresponsabilidade da pessoa como sujeito de uma sociedade politicamente justa pode mover a realização de uma vida boa como perspectiva de ato e de esperança (TAYLOR 1989, 521).

O compromisso com a dignidade humana não consiste exclusivamente em ações ou programas assistenciais. Não se restringe a ajuda em ocasião de catástrofe, nem em excesso de ativismo e nem muito menos em ações populistas ou eleitoreiras, mas antes de tudo na verdadeira atenção ao outro considerando-o como um sujeito histórico, como um outro eu. O encontro com o outro eu, segundo o Papa Francisco, é a condição para o plenamente nós. Nesse encontro, a verdadeira atenção sempre fixa o rosto do outro, toca sua carne, sente sua proximidade, padece com ele e procura a sua promoção. Segundo Mounier, “exatamente porque o homem é o ser que está sempre comprometido, o compromisso do sujeito que conhece, longe de ser obstáculo, é meio indispensável para o conhecimento verdadeiro”, para o encontro com o outro, para a sua dignidade e para sua realização (MOUNIER 2004b, 92-93).

A dignidade humana promove a cultura do encontro e concretizar a experiência da amizade social. Na América Latina, com grandes desigualdades sociais e econômicas, a dor do outro clama por atenção e sensibilidade de todos. Nas regiões onde as discrepâncias ainda são mais acentuadas, todos são interpelados a enfrentar os desafios tocantes a existência de um sem-número de forasteiros existenciais.

Segundo Mounier, na perspectiva da eminente dignidade humana, a pessoa é feita para superar a si mesma, para a transcendência, para um movimento transpessoal em plena articulação com a vida pessoal. E em vista da realização humana, a felicidade deve ser conjugada com os valores biológicos, tais como a saúde, educação, moradia e os valores econômicos na busca urgente por valores

superiores. Do contrário, a busca da felicidade por si própria poderá conduzir a humanidade num vulgar caminho de traição (MOUNIER 2004b, 91).

A perspectiva da dignidade humana da amizade social é capaz de transformar as sombras dum mundo dividido e fechado numa comunhão de fraternidade universal. Pois, a amizade social desconstrói a cultura do descarte, dos que não são úteis ou dos que não se valem dos direitos humanos. O amor político faz compreender que os caminhos da amizade social levam ao outro e, certamente, ao Outro, fonte do Amor Universal.

CONCLUSÃO

A amizade social é um processo de enriquecimento comum partilhado e marcado pela doação ao outro e pela acolhida dos dons e diferenças do outro. É amor que ultrapassa as barreiras da geografia, da cultura, da economia, do gênero. É fraternidade aberta que valoriza todas as pessoas. É comunicação que promove comunhão e paz. É viver livre de todo o desejo de domínio dos outros. É cultura de amor que se estende para além das fronteiras. O essencial da amizade social permite a equidade, a inclusão social, resgata o indulgente e lhe proporciona recolocar-se nos trilhos da vida social com dignidade.

A amizade social é o antídoto contra um ser humano fechado em si mesmo e um mundo fechado aos vulneráveis e improdutivos. Ela convoca a valorizar o direito à vida e ao desenvolvimento integral, sobrepondo-se ao individualismo utilitarista, que fecha as pessoas à transcendência de si mesmas, pois é um chamado à valorização da pessoa humana e à construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A amizade social é diálogo sincero, verdadeiro, que supera a falsa tolerância. É o resgate da amabilidade. É um esforço diário para vencer incompreensões que considera os outros como inimigos a

serem vencidos, como obstáculos a serem superados. É superar as formas nocivas de dominação, de convivência de modo polarizado, de estratégia de ridicularizar o outro, de disseminação de ódio, de intolerância, de negacionismo e de *fake News*.

A amizade social é o amor político que impele a procurar o melhor para a vida, atuando juntos em favor do bem comum e da promoção dos mais pobres.

A amizade social é uma proclamação de esperança na construção de um futuro sem exclusão, desigualdade, descarte de humanos ou de indiferença com os que sofrem. É um caminho de esperança e ampliação do círculo de compaixão em favor do agir em prol do bem comum e da promoção da dignidade para todos. É um chamado universal para construir a cultura do diálogo, da reconciliação e da paz.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. *Ética Nicomaheia*. a cura di Claudio Mazzarelli. Milano: Bompiani 2000/2013.

ARISTÓTELES. *Le tre etiche: Etica Eudemia, Etica Nicomachea e Grande Etica*. a cura di Ariana Fermani. Milano: Bompiani 2008.

ARISTÓTELES, *Politica*. a cura di Carlo Augusto Viano. Milano: BUR 2002.

BENSUSSAN, Gérard. *Ética e experiência: a política em Levinas*. Tradução de Ozanan Vicente Carrara. Passos Fundo: IFIBE 2009.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard 1975.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. São Paulo: Ed. Paulinas 2020.

HOBBS, Thomas. *Leviatano*. a cura di Tito Magri. Roma: Riuniti 1976.

HOMERO. *Odisseia*. 25 ed., tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2015.

LÉVINAS, Emmanuel. *Do Outro modo que ser, o más Allá de La essência*. tradução de Antonio Pintor Ramos. Salamanca: Ediciones Sigueme 2003.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70 1980.

LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. 4. ed., tradução portuguesa de Pergentino S. Pivatto (coord). Petrópolis: Vozes 1993.

MOIX, C. *O pensamento de Emmanuel Mounier*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MOUNIER, Emmanuel, *Il Personalism*. a cura di Giorgio Campanini e Massimo Pesenti, AVE, Roma 2004a.

MOUNIER, E. *O Personalismo*. Tradução de Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro Editora, 2004b.

MOUNIER, E. *O compromisso da fé*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

PLATONE. *Tutte le opera*. a cura di Enrico V. Maltese. Roma: Newton Compton Editori 2009.

TAYLOR, Charles. *Sources of the Self. The making of the Modern Identity*. Cambridge: Cambridge University Press 1989.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica: justiça, religião e virtudes sociais*. vol. VI. II seção da II parte. São Paulo: Loyola 2005.

THOMAS HOBBS. *Leviatano*. a cura di Tito Magri. Roma: Riuniti 1976.

XENOPHON. *Xenophontis opera omnia*. V. 2, ed., Oxford: Clarendon Press, 1971.